

LEGISLAÇÕES SOBRE PATRIMÔNIO

ÂMBITO FEDERAL:

- Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937: “*Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*”. Cria o instituto do tombamento.
- Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961 – “*Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos*”.
- Constituição Federal de 1988 – artigos 215 e 216
- Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 – *Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.*” Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial.

- Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet – *Restabelece o princípio da Lei 7.505 de 02 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, e dá outras providências.*”
 - = alterada pela Lei nº 9.312, de 05 de novembro de 1996
 - = alterada pela medida provisória nº 1.589-2, de 20 de novembro de 1977
- Decreto nº 1.494, de 17 de maio de 1995 – *Regulamenta a Lei nº 8.313, estabelece a sistemática de execução do PRONAC e dá outras providências.*
- Decreto nº 2.290, de 04 de agosto de 1997 – *Regulamenta o disposto no Art. 5º Inciso VIII da Lei nº 8.313 e dá outras providências.*

ÂMBITO ESTADUAL:

- Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980 – “*Dispõe sobre a prática do patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.*”
- Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993 – altera dispositivos da Lei nº 5.846.

- Lei nº 10.929, de 23 de setembro de 1998 – “*Institui o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura e adota outras providências.*”

O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura compreenderá os seguintes mecanismos:

 - I – Mecenato Estadual de Incentivo à Cultura – MEIC
 - II – Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FEIC
- Decreto nº 3.604, de 23 de dezembro de 1998 – “*Institui o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura e dá outras providências.*”
- Decreto nº 3.831, de 31 de dezembro de 2001 – Fixa para o exercício de 2002 o montante do imposto (ICMS) a ser utilizado em projetos culturais e a parcela destinada ao Fundo de Incentivo à Cultura – FEIC.

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

Praça Getúlio Vargas, 194 – Centro – CEP 88.020-030 – Florianópolis/SC

- Portaria nº 047 – FCC, de 18 de outubro de 2001 – *Estabelece os critérios relativos ao Sistema Estadual de Incentivo à Cultura.*”

ÂMBITO MUNICIPAL:

- Lei Municipal nº 1.202/74, de 02 de abril de 1974 – que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente (SEPHAN).
- Decreto Municipal nº 046/84, de 27 de março de 1984 - Que regulamenta as atividades do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN) e da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (COTESPHAN).
- Decreto Municipal nº 521/89, de 21 de dezembro de 1989 – que classifica por critérios diferenciados, os imóveis tombados pelo Decreto nº 270/86.
- Decreto Municipal nº 521/89-A, de 21 de dezembro de 1989 – que designa o Presidente e os demais membros da COTESPHAN.
- Lei Municipal nº 2.193/85 (Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo dos Balneários) – de artigos referentes às Áreas de Preservação Cultural (APC).
- Lei Municipal nº 1.835/82, de 10 de fevereiro de 1982 – que cria o benefício da isenção de IPTU para imóveis preservados.
- Decreto Municipal nº 040/90, de 29 de janeiro de 1990 – que regulamenta a redução do IPTU sobre imóveis que possuam valor histórico, artístico e/ou cultural.
- Lei Municipal nº 3.338/89, de 28 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a Transferência do Direito de Construir.
- Decreto Municipal nº 270/86, de 30 de dezembro de 1986, que tomba conjuntos na área central de Florianópolis.
- Lei Complementar 001/97, de 03 de outubro de 1997 – Plano Diretor do Distrito Sede. Dispõe também sobre as Áreas de Preservação Cultural (APC) e sobre a Transferência do Direito de Construir.
- Lei Complementar nº 059/2003, de 13 de junho de 2003 – Altera dispositivos aprovados pela Lei nº 2193/85.
- Lei nº 6486, de 27 de maio de 2004 – Altera e inclui dispositivos na Lei nº 1202/74 (Visibilidade)
- Lei Complementar nº 138/2004, de 23 de abril de 2004 – Inclui § 6º no Art. 63 da Lei Complementar 001/97. (vagas de estacionamento)
- Lei nº 3.659, de 25 de novembro de 1991 – *“Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do Município de Florianópolis.”*
- Lei nº 3.987/93, de 15 de janeiro de 1993 – *“Altera Lei nº 3.659/91, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do Município de Florianópolis.”*
- Lei Complementar nº 154/2005, de 17 de janeiro de 2005 – Proíbe construções que possam interferir na visualização de edificações integrantes do patrimônio Histórico, Cultural e Religioso do Município.